

## A INCLUSÃO SOCIAL DE ALUNO SURDO, EM UMA ESCOLA MUNICIPAL EM ARACRUZ NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (BRASIL)

*The social inclusion of deaf students at a Municipal School in Aracruz in the State of Espírito Santo (Brazil)*

**Rosimar de Jesus Souza Sepulchro<sup>1</sup>, Daniela Ruíz Díaz Morales<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este trabalho intitulado: "A inclusão social de aluno surdo, em uma Escola Municipal em Aracruz -ES-Brasil", apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo geral analisar o processo de inclusão do ensino regular de um estudante surdo na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz – ES/ Brasil. Especificamente, pretendeu saber quais eram os maiores desafios que o professor ouvinte enfrentava no cotidiano na sala de aula com a inclusão de alunos surdos na referida escola. Assim, a pesquisa de campo é de caráter descritiva e enfoque qualitativo, tendo como participantes:

(07) professores do ensino regular, (1) coordenador pedagógico, (1) professor do AEE, (1) intérprete, (1) gestor e (08) estudantes ouvintes. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se a observação sistemática/estruturada, o guia de entrevista e a entrevista aberta. Após a análise dos resultados, conclui-se que é possível identificar que nessa escola, o papel do gestor, do coordenador e dos professores, precisam ser revistos, pois trabalhar com estudantes com surdez, requer antes de tudo, mudanças e preparo em todo o contexto escolar.

**Palavras chave:** Deficiências. Inclusão. LIBRAS. Professor. Surdo

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción, Paraguay.

E-mail: [rosimarsepulchro@hotmail.com](mailto:rosimarsepulchro@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora Doutora, de la Universidad Nacional de Asunción- Paraguay.

E-mail: [daniela\\_rd57@hotmail.com](mailto:daniela_rd57@hotmail.com)

**Abstract:** *This work entitled: "The social inclusion of deaf students, in a Municipal School in Aracruz -ES-Brazil", presents the results of a research that had as general objective to analyze the process of inclusion of regular education of a deaf student in the Municipal School Zilca Nunes Vieira Bermudes - Aracruz -ES/Brazil. Specifically, it intended to know what were the biggest challenges that the listening teacher faced in the classroom in everyday life with the inclusion of deaf students in that school. Thus, the field research is descriptive and qualitative in focus, with participants: (07) regular school teachers, (1) pedagogical coordinator, (1) AEE teacher, (1) interpreter, (1) manager and ( 08) hearing students. As a data collection instrument, systematic / structured observation, the interview guide and the open interview were used. After analyzing the results, it was concluded that it was possible to identify that in that school, the role of the manager, the coordinator and the teachers, need to be reviewed, since working with students with deafness, requires, above all, changes and preparation in the entire school context.*

**Keywords:** *Shortcomings. Inclusion. Pounds. Teacher. Deaf*

## INTRODUÇÃO

Atualmente tem se observado que há um grande debate acerca do tema "inclusão de pessoas com deficiência na escola", trata-se de uma questão muito melindrosa que carece de políticas bem mais eficazes para que o processo inclusivo se estabeleça. A respeito da inclusão, Neto (2018, p.83), afirma que: "Falar em inclusão é sempre desafiador, pois, para muitos, ainda é um campo desconhecido". Nesse sentido, torna-se preocupante para a escola, ao matricular o estudante principalmente com surdez, devido à falta de qualificação da escola, e em especial a do professor, pois é ele que irá lidar sistematicamente com esse estudante no cotidiano escolar.

A inclusão do estudante surdo na sala de aula aos poucos vem acontecendo, porém tem-se encontrado, entraves pela falta de habilidade do professor ao acesso à cultura surda- a LIBRAS, elementos que fortalecem a identidade surda como também uma educação bilíngue, como propõe o Plano Nacional de Educação (2015). Além disso, outras dificuldades são encontradas na educação inclusiva que vai desde às salas de aulas lotadas; escolas sem infraestrutura adequada e sem adaptações na ótica das diversas limitações de acessibilidade para as mais variadas deficiência que há no contexto da escola; pais que não acreditam no processo inclusivo e o fator mais gritante: as práticas e políticas pedagógicas que não corroboram para um ambiente interativo e ao mesmo tempo inclusivo. Essa mesma concepção possuem Araújo e Linhares (2014), ao

afirmarem que cada vez mais é preciso preparar “ os professores e dos demais profissionais da educação para trabalharem com o acolhimento desses alunos em suas classes ou escolas, com vista a uma atuação diferenciada com qualidade e respeitando as exigências necessárias a cada deficiência apresentada pelas crianças” (p.36). Nesse sentido, a formação continuada é o caminho a ser seguido, caso contrário, o professor encontrará grandes dificuldades para a realização na sua ação didática, na perspectiva de ensinar para todos de modo igual, pois, partindo do pressuposto de que o conhecimento e a formação dos professores do ensino regular faz a diferença, para que aconteça a inclusão de qualidade. Além da formação do professor, é preciso também que a escola prepare todos os seus funcionários, além de adequar o currículo que ela pretende desenvolver. Tudo isso envolve estratégias pedagógicas e administrativas e se dá por meio de diversos procedimentos planejados e implementados pela escola com a finalidade de atingir os objetivos traçados e pautados na ótica da inclusão. Para isso, deve-se lançar mãos de métodos, técnicas e práticas, explorados de forma que o estudante com deficiência possa produzir e expressar o conhecimento, principalmente levando-se em consideração aqueles que possuem deficiência auditiva (DA).

Por ter a audição prejudicada, o estudante surdo não consegue escutar, e necessitará de um olhar diferenciado por parte da escola e em especial a do professor que implicará na busca de alternativas que garantam o acesso e permanência desse estudante no ambiente escolar, promovendo uma aprendizagem satisfatória, tendo a sua língua (LIBRAS), valorizada por todos. Dessa forma, o que se deseja é a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias, cujo grupo inclui os deficientes auditivos.

Estudos apontam que uma parcela da população brasileira ainda não tem desfrutado das mesmas oportunidades em relação ao direito de estudar; meio esse, favorável à interação com a diversidade e multiculturalidade de culturas existentes no Brasil. Dessa forma, enquanto um grupo usufrui deste privilégio, o outro é levado ao isolamento, pondo-se em situação de risco, sendo marginalizado e deixando-se de ser notado ou aceito na sociedade pelos mais variados motivos, dentre os quais: ausência de cautela para com os menos favorecidos, desconhecimento da legislação e dos direitos humanos, ante paixão por parte dos próprios familiares da pessoa com deficiência, seja por vergonha, ou simplesmente por não acreditar no potencial dessas pessoas. Ao voltar-se ao passado, vê-se que essas pessoas seja qual fosse a sua deficiência, eram tidas como incapazes

pela sociedade, muitas vezes foram mortas ou quando não, abandonadas pela própria família. Essa situação é retratada por Gaudenzi e Ortega (2016, p.3062-3063) que relatam o seguinte :” um corpo marcado pela diferença foram, por um longo período do pensamento ocidental, compreendidos como inválidos, anormais, monstros ou degenerados e seus corpos eram entendidos misticamente como resultado da ira ou do milagre divinos”. Tudo isso os levavam a uma vida marcada de dor e de solidão; eram pessoas que não tinha uma vida digna e muito menos direito algum.

Recentemente a história da pessoa com deficiência no Brasil passou a tomar outro rumo, pessoas ligadas aos movimentos sociais em defesa de um mundo mais igualitário e humanitário se organizaram para incluir as pessoas com deficiências para ser visualizado na sociedade, passando a ser aceitas de fato como sujeitos de direitos, principalmente por meio de leis e decretos criados para que essas pessoas tivessem participação dentro dos diversos espaços sociais, entre eles: a escola. Todavia, a aspiração do ser humano associada à intenção da Lei de que a inclusão se materialize, exigirá muito além da sua inserção no espaço escolar; que reclama por adequações nos aspectos físico-estruturais, como ajustes arquitetônicos, profissionais formados na área de Linguagem de Sinais e demais exigências legais previstas em diversos documentos que orientam caminhos a possibilitar a devida acolhida; que inclui também, as condições favoráveis à aprendizagem, atrelada ao desenvolvimento integral da pessoa.

O aqui registrado, deve provocar os profissionais da educação para uma consciência ainda mais comprometida no tangente à responsabilidade social da escola, servindo de conclamação aos seus agentes que necessitam envidar esforços para vencerem um dos maiores desafios encontrados no contexto escolar, o qual está atrelado à formação do educando em sua completude, sem perder de vista aqueles que apresentam a deficiência auditiva. Nessa perspectiva, o relevante papel da escola é motivador, capaz de permitir que se vá além da indignação para com aquilo que se refuta - exclusão, discriminação, desrespeito às diferenças e demais obstáculos que impeçam a boa convivência no espaço escolar pelo sentimento de fazer valer os direitos do indivíduo preconizados na Constituição Federal ( CF) de 1988, em seu Art. 206, Inciso I, bem como de diversos outros instrumentos que a ela se somam na forma de incremento em que determinam e reforçam a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, nos quais a escola é desafiada a acolher todos os alunos, dando atenção a diversidade neles expressa. Por certo a discriminação existe, contudo, a escola pode minimizar seus efeitos maléficis ao cumprir com a sua responsabilidade, seja por

consciência, seja por atitudes solidárias, por força de Lei, ou mesmo por outros motivos que sejam. De sorte que, aqueles por natureza já muito sofrem, sejam favorecidos de alguma forma, tendo seus fardos aliviados por meio da garantia de seus direitos, principiando com o direito à Educação; inclusive aqueles vitimados de deficiências, sobretudo a auditiva. Por certo, há no espaço escolar crianças e jovens com essa ou outras deficiências que possivelmente necessitarão de metodologias específicas que venham beneficiar para o seu desempenho em certas áreas de conhecimento. O que não se configurará como privilégio, mas como direito. E é com esta convicção que a escola deve caminhar a fim de que a universalização do ensino seja efetivada genuinamente, sem excluir nenhum estudante, seja ele deficiente ou não.

Muitos estudos foram e continua sendo desenvolvidos para saber o que causa a surdez e como ela se classifica. A deficiência auditiva pode ser classificada de acordo com o período e se dá durante a fase: pré-natal, perinatal e pós-natal. De acordo com Vedoato (2015, p.21): “A deficiência auditiva pré-natal é quando ocorre no período gestacional podendo ser diversas as causas: fatores genéticos e hereditários”, entre as causas mais comuns estão relacionadas ao fator doenças infectocontagiosas, contraídas na gestante, ingestão durante a gestação de medicamentos que lesam o nervo auditivo e de drogas ou; quadro de desnutrição e carências alimentares da gestante e bem como complicações devido à hipertensão arterial e diabetes que a gestante desenvolveu. Já no período perinatal, segundo Duarte (2014, p.29 ),” engloba o momento do nascimento e o período que imediatamente o precede e sucede”, enquanto que, Alves (2012, 81): destaca que: “O período pós-natal, corresponde aos momentos posteriores ao nascimento, ou seja, os fatos vivenciados ao longo da vida do indivíduo, configurando-se as infecções bacterianas[...] traumas[...]virais [...] ruído; icterícia ou hiperbilirrubina e baixo peso”. As afirmações acima cabe um lamento, principalmente por trazer à tona a triste realidade enfrentada por pessoas nascidas com essa deficiência, em que lhes são negados direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal (Brasil,1988), inclusive aqueles mais básicos, tais como: direito à uma família, a um lar, onde crianças são impedidas de receber os principais encaminhamentos que contribuiriam para o seu desenvolvimento; em um ambiente que deveria proporcionar-lhe amor, atenção, respeito e todo aparato familiar necessário à formação de uma base sólida para sua integração social, ambiente esse em que, desde a mais tenra idade favoreceria desenvolver habilidades para o exercício da cidadania, a ter início a disseminação destas práticas entre seus membros, uma vez que o lar se constitui o ambiente primeiro para formação

do caráter do indivíduo, através da vivência de princípios, valores éticos e morais que devem constituir o cidadão.

É compreensível que estudantes com deficiência auditiva apresentem dificuldades com a sistemática do ensino regular, bem como, na forma como ela se relaciona com as pessoas. Isto porque, dentro da escola nem todas as pessoas conhecem a comunicação das pessoas surdas e nem mesmo compreendem como elas aprenderão os conteúdos que a professora passará, uma vez que não escutam. Nessa ótica, vale salientar que a escola é o principal segmento responsável pela formação e construção da identidade da criança com deficiência auditiva, e como tal, também tem o papel de mobilizar ações que possa ser concretizada a verdadeira inclusão, entre essas ações, primar pela boa convivência no ambiente escolar. Nas contribuições de Silva e Ferreira (2014, p.7), é coerente admitir que:” A escola é uma instituição social de extrema relevância na sociedade, pois além de possuir o papel de fornecer preparação intelectual e moral dos alunos, ocorre também, a inserção social”. Compartilhando do pensamento dos autores que instaura enorme inclinação em se aceitar que a escola no desenvolvimento do seu papel social, deveria estar mais em harmonia com a preparação dos estudante para a sua inserção social, por estar ela comprometida com a formação holística do indivíduo, e por entender que a mesma se preocupa com os vários aspectos da cidadania, possibilitando à pessoa, independentemente de quem ela seja chegar à plenitude do exercício de seus direitos e deveres.

Mesmo cientes da complexidade na tarefa de incluir, vê-se encorajamento advindo das inferências postas pelos diversos teóricos que vêm contribuindo para esta construção, os quais fornecem elementos em propostas ou mesmo sugestões, capazes de incentivar e facilitar no jornadejar da escola mediante o grande desafio que tem ela, a enfrentar, “uma escola para todos”. Leva-se a crê que a escola em alguns casos, por não compreender como se dá o processo de inclusão escolar e desconhecer as possibilidades e limitações do estudante surdo, retribuí ao professor toda a responsabilidade pelo seu sucesso, o que não é verdade. Todos precisam se mobilizarem, mudanças precisam acontecer conforme apontam Marilene e Meyer (2016, p.6):”A prática inclusiva do surdo no ensino regular só terá êxito se acontecerem mudanças na adequação e organização do trabalho pedagógico com envolvimento de todos e principalmente a escola oferecendo a seus pares o conhecimento em LIBRAS”. Ainda nessa perspectiva, Alves, Sales e Moreira (2013, p.201), ressalta que: “A fala e a escrita excessiva do

professor em sala e o uso de vocabulários muito rebuscados acabam dificultando o entendimento dos conteúdos por parte dos alunos [...] com surdez, que têm em seu contexto social a língua de sinais brasileira como língua materna [...]. Assim, incluir estudantes surdos no ensino regular é acima de tudo oportunizar o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas.

Nesse viés, esse artigo é uma síntese da tese de mestrado, intitulada: “A inclusão social de aluno surdo, em uma Escola Municipal em Aracruz -ES-Brasil”, a qual está vinculada à Universidad Autónoma de Asuncion- Paraguay.

O problema formulado que é ponto de partida dessa investigação é: Quais são os maiores desafios que o professor ouvinte enfrenta no cotidiano na sala de aula com a inclusão de alunos surdos na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil? A partir dessa problemática, esse estudo tem como objetivo geral é analisar o processo de inclusão do ensino regular de um estudante surdo na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil.

## **METODOLOGIA**

Considerando o processo e a importância dessa investigação, a técnica utilizada foi a pesquisa descritiva com enfoque qualitativo. Os instrumentos utilizados foram a observação estruturada, o guia de entrevista e a entrevista aberta.

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola municipal, localizada no estado do Espírito Santo / Brasil. A instituição foi selecionada porque possui critérios, pois dentro de seu espaço há um estudante surdo, o que está coerente com o problema. Além disso, a escola pertence ao mesmo estado em que reside a pesquisadora, viabilizando a praticidade de acesso aos dados e aos sujeitos.

A pesquisa foi constituída por 19 (dezenove) participantes, sendo 07 (sete) professores do ensino regular, 01 (um) coordenador pedagógico, 01 (um) gestor escolar, 01 (um) intérprete, 01 (um) professor do Atendimento Educacional Especializado -AEE, e 08 (oito) estudantes ouvintes. Após a escolha do instrumento de coleta dos dados, apresentamos os objetivos da pesquisa a todos os participantes e em seguida solicitamos a autorização da gestão escolar para a realização da investigação, a qual foi realizada

através de uma carta de anuência encaminhada pela Universidade Autônoma de Assunção – UAA.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão, expostas as vozes daqueles que são responsáveis pela implementação de uma ação inclusiva escolar, pelo acompanhamento educacional individualizado, e da política pública de Educação para todos: O gestor, o coordenador pedagógico, o intérprete, o professor do AEE, o professor da sala de aula regular e os estudantes ouvintes, já que há um pressuposto explícito de que a inclusão escolar é um bem em si.

São muitos os questionamentos acerca do campo da surdez, tais como: a dificuldade de acesso à leitura e escrita, filosofias que permeiam a prática educativa, atraso na sua escolaridade, severas dificuldades de comunicação e ao mesmo tempo de relacionamento interpessoal. São questões que para serem respondidas perpassam por estudos diversos e debates tanto na área da medicina como na da educação. Essa inquietação também se vê dentro da sala de aula, quando professores se deparam com o estudante com surdez. Dessa forma, surge a relevância do papel do coordenador pedagógico nesse processo, O qual se fez o seguinte questionamento: Quais foram as formas de encaminhamento dado aos professores sobre la inclusão do estudante surdo na sala de aula? Segundo o Coordenador esses encaminhamentos foram dados aos professores da seguinte forma: *“Conversa informal e direcionada, buscando apoio com a secretaria de Educação para que haja uma educação de qualidade e que aconteça verdadeiramente a inclusão, promovendo estudos e palestras para que as barreiras sejam eliminadas e participando dos planejamentos semanais utilizando de estratégias e técnicas inovadoras”*. Trabalhar com a inclusão exige paciência, carinho, respeito pelas diferenças e acima de tudo estudo profundo, reflexões, tempo, debates, tudo isso só poderá acontecer se a escola promover espaço para que todos tomem conhecimento de complexidade. Conversa informal e direcionada, não contempla as informações que os professores precisam receber para incluir o estudante surdo na sala de aula.

A reflexão acerca da educação inclusiva e seus desafios postos a escola e as pessoas com deficiências, provocam o surgimento de uma ampla gama de expectativas a respeito da efetivação, na prática, do ideal de uma escola de qualidade, que acolha a todos de forma igual e ao mesmo tempo que todos aprendam. Dentro desse



entendimento, perguntou-se a Coordenação Pedagógica: Houve a necessidade de desenvolver alguma estratégia para favorecer a participação do estudante surdo no contexto escolar? *“São utilizados vídeos com imagens e legendas, computadores para pesquisas, livros didáticos e material xerocopiadas adaptadas ao seu nível de conhecimento onde tem sempre acompanhamento com toda equipe escolar para que aconteça de melhor maneira o aprofundamento do conhecimento.*

Embora dentro da escola, encontrem-se estudantes com deficiências, e em especial a surdez, a Política Nacional de Educação Especial aponta para uma definição de prioridade no que se refere ao atendimento a esse estudante, de forma especializada e com recursos compatíveis elaborado pelo professor do AEE em conjunto com o professor de sala e do interprete, colocando em seu bojo um conjunto de atividades que visem cumprir os objetivos do ensino, garantindo dessa forma que esse estudante, aprenda dentro de suas limitações. Dessa forma, percebeu-se que os recursos utilizados pela escola, não condiz com a realidade desse estudante, uma vez que, o fato de serem utilizados vídeos e imagens com legendas, bem como computadores, não significa dizer que esses recursos são eficazes para esse tipo de deficiência. Os materiais com legendas só poderão contribuir se o estudante dominar a sua transcrição.

A integração do aluno surdo na sala regular não se deu repentinamente. Mas, pelo clamor de pais e intelectuais que almejava por uma sociedade mais justa, na qual todos pudessem ter as mesmas oportunidades. Essa concepção requereu muito estudo, trabalho e dedicação de todas as pessoas envolvidas no processo.. Foi nessa perspectiva, lançou-se o seguinte questionamento: Como se dá a participação do estudante surdo na escola? *“Ao iniciar o ano letivo é informado para toda a sala de aula que naquele ambiente tem aluno com deficiência diferenciada e por isso será necessário a compreensão de todos, em abraçar a diferença do colega e ajudar no que for necessário para que o desenvolvimento do aluno presente seja alcançado. Assim acontece os trabalhos em grupos, individualizados com parceria sempre quando for necessário”.* A participação da pessoa com deficiência na escola é muito importante no processo de inclusão. Isso porque, para que a educação inclusiva, aconteça nos sistemas de ensino, partindo da diversidade como lema principal, deve ter como objetivo o desenvolvimento global dos estudantes (Correia, 2013), e ao mesmo tempo, procura atender às suas necessidades, garantindo dessa forma a sua participação nas diversas situações de aprendizagem, quer seja dentro ou fora da sala de aula, e se dá nas interações em

ambientes propícios à aprendizagem, recorrendo a estratégias, materiais pedagógicos e recursos didáticos e tecnológicos pertinentes, adequados e oportunos (Colaço & Sanches, 2013).

O trabalho articulado entre o professor do Atendimento Educacional Especializado- AEE e o professor da sala de aula do ensino regular está previsto na Resolução 2/2001 que define Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica e determina um tempo para realização desta função e confirmada pela Resolução nº 4/2009 que também define as atribuições do professor especializado, dentre as quais cita o trabalho colaborativo com a sala de aula comum (Brasil, 2009). Foi nesse contexto, que foi feita a seguinte pergunta: Como é estabelecida a sua relação como o professor do AEE e do Ensino regular? *“Fazemos um trabalho em equipe, é de suma importância esse vínculo, porque quem estar em todas as aulas com o aluno sou eu. E assim passo para o professor do AEE as dificuldades e ele se encarrega de estar conversando com os professores para fazer a ponte nas adaptações e buscando material adequado para o aluno”*. A implementação de uma dinâmica de trabalho pedagógico colaborativo deve ser o motor para a inclusão dos estudantes com surdez, pois, pesquisas mostram que nas escolas em que predominam culturas colaborativas, são mais inclusivas, dito de outro jeito, essas escolas apresentam menores taxas de evasão e reprovação. Então nesse contexto, a relação entre o tripé nessa escola vem se dando de forma harmoniosa.

A escola vem passando por diversas transformações, principalmente em relação a oferta de um ensino inclusivo para os estudantes com deficiências. Um dos maiores desafios, diz respeito a ensinar para surdos, tendo em vista que esses estudantes possuem a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação, levando a escola a ter profissionais capacitados, bem com a figura do intérprete no seu cotidiano. Conviver com estudantes com surdez na escola favorece a todos, a troca de cultura linguística, em que um aprende com o outro (surdo e ouvintes). Foi nesse entendimento que perguntou-se ao entrevistado: Qual sua contribuição no processo da inclusão para estudantes surdos na escola? *“Eu que busquei me qualificar participando de congressos e palestras para me qualificar e poder ajudar meus alunos. Com o tempo a pedagoga e a diretora começou a intervir para que começasse a acontecer a inclusão, mas isso ainda está caminhando, pois muitas são as barreiras e a não aceitação”*. A formação do professor do AEE, deve ser contínua, pois a cada dia são inseridos dentro das escolas pessoas com novas deficiências, com dificuldades específicas de aprendizagem. A formação do

professor era da inclusão escolar assevera Mantoan (2015, p.81), “[...] implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis”. Nessa perspectiva a formação continuada do professor do AEE na atualidade, implica necessariamente em repensar-se as políticas e práticas de educação e formação, com a finalidade de garantir a qualidade educacional e o acesso de todos aos bens culturais.

Diante das mudanças propostas, é que se tem observado cada vez mais a importância da preparação de todos os profissionais e em especial aos dos professores da sala regular, para o atendimento das necessidades educacionais de todas as crianças, e principalmente aquelas que tem a surdez como limitador de uma comunicação eficaz. Foi nessa ótica, que perguntou-se aos professores a seguinte indagação: Você foi capacitado para receber alguns estudantes com habilidades educacionais especiais? O Professor de Português e Inglês, de Matemática, de Ciências Naturais e de História, afirmaram que: *“Não, tinha essa disciplina quando estudei para trabalhar com o surdo”, enquanto que o professor de Educação Física pontuou o seguinte: “Não, por ser uma disciplina onde é utilizado jogos, recreações e exercícios físicos envolvendo o corpo fica mais fácil”*. O professor de Artes respondeu a seguinte afirmação: *“Não, Mas não tenho dificuldade pois trabalho em imagens que muito contribui para a aprendizagem do aluno surdo”* e por último afirmou o professor de Geografia que: *“Não. Em meu período de faculdade teve a disciplina de Libras, mais muito superficial.”* Transparece nesses relatos, a falta de qualificação desses professores para trabalhar a inclusão e em especial com o estudante surdo. Diante desse cenário, não é raro o sentimento de despreparo por parte de todos os professores. Será necessário, ações que contemplem a formação continuada e em serviço desses profissionais em que nesses espaços haja o diálogo que potencializam as ações precisas para efetivação do direito de todos à educação e que acima de tudo, preparem os professores *“para lidar com a língua brasileira de sinais (LIBRAS) e com a presença de intérpretes em suas aulas”* (Silveira e Souza, 2011, p. 38).

De acordo com Vioto e Vitaliano (2012), o gestor pedagógico se destaca no contexto educacional inclusivo, pela liderança que ele exerce, cabendo a ele planejar e organizar a escola, principalmente para o processo inclusivo. Para isso, deve articular parcerias entre todos os funcionários da escola, elaborando e traçando metas que envolvam a política de inclusão educacional baseada nas legislações que amparam os

estudantes com deficiências. A escola nesse contexto, tem por obrigação acolher a todos independentemente de suas limitações e características. Nesse sentido, é perceptível a diversidade de estudantes que adentram na escola com deficiências variadas, obrigando de forma urgente a redefinição de objetivos e funções da instituição escolar. Nessa ótica, todos têm direitos de que lhes sejam ofertadas oportunidades educacionais igualitárias, nas condições favoráveis possíveis. Dentro desse entendimento perguntou-se: Foram tomadas algumas medidas organizacionais e pedagógicas para implementar o processo de inclusão para o estudante surdo nesta escola? Quais? “*Sim, fizemos ofício para que a escola tivesse intérprete, envolvemos toda a equipe escolar para ter um trabalho inclusivo*”. A escola é tida por natureza como um lugar que promove o desenvolvimento, a aprendizagem e inserção social de todas em todas as etapas e modalidades de ensino. Portanto, enquanto promotora do desenvolvimento das aprendizagens, também é responsável em preparar toda a equipe pedagógica para a inclusão. Seja, elaborando recursos, propostas e formação *in locus* para todos os funcionários, cabendo também a lutar para que as pessoas surdas usufruam de seus direitos de cidadão de forma ética. Dessa forma, o discurso do gestor endossa a importância de um trabalho coletivo.

É comum, visualizar-se dentro das salas de aulas do ensino regular, estudantes com deficiências, principalmente o surdo, seja, interagindo ou mesmo afastado dos que “ouvem” plenamente. Sendo assim, a integração desse estudante com o ouvinte deve se dá da melhor forma possível, pois a surdez não é doença e muito menos um empecilho que impossibilita uma convivência harmoniosa. Dentro dessa ótica, perguntou-se aos estudantes: O que você sentiu quando soube que teria um colega surdo na sala de aula? “*Incomodado por ser a primeira vez tinha com uma pessoa assim*”. Estudante 1: “*Que a aluna precisaria de ajuda em sala de aula*”. Estudante 2: “*Senti que a colega precisaria muito de nossa compreensão e apoio*”. Estudante 3: “*Fiquei surpresa e tive dificuldade em conversar com ela, porque sou menino e também não saber comunicar com ela como deveria, usando a Libras*”. Estudante 4: “*Fiquei com pena*”. Estudante 5: “*Triste por saber que a pessoa não pode ouvir*”. Estudante 6: “*Normal, tentando me aproximar e fazer amizade*”. Estudante 7: “*Fiquei triste, por não saber conversar com a colega, e nem fazer os gestos para poder conversar*” com Estudante 8: Nas falas dos estudantes, fica notório a preocupação da maioria em entender que não poderão se comunicar, ou seja, se fazer entender pelo estudante surdo. Isso é compreensível, porque a linguagem faz parte integrante do desenvolvimento do ser humano e que na falta dela, o indivíduo apresenta consequências graves para o seu desenvolvimento emocional, social e

intelectual. Por não terem a habilidade da linguagem do surdo, torna-se um desafio para os ouvintes convirem com esses, por isso sentem-se despreparados, desmotivadores e muitas vezes sentem-se com pena da pessoa surda. Esse fato acontece, porque vivemos numa sociedade despreparada, mais que propaga que é inclusiva.

## CONCLUSÕES

Diante dos resultados apresentados e discutidos nessa investigação, é possível inferir, portanto, que a falta de preparo do professor do ensino regular, do gestor escolar e do coordenador pedagógico, implicando numa ação neutra que não condiz uma educação inclusiva. Entende-se que a inclusão escolar só acontecerá quando todos os envolvidos no sistema escolar refletirem e passarem a agir de maneira criativa, responsável e solidária, para que se busque o sucesso de viver com a diversidade. Todavia, acreditamos que a opinião, sugestão e cooperação desses públicos em relação a inclusão do estudante surdo, são relevantes, uma vez, podem reconhecer e apontar pontos negativos e positivos quanto ao processo de inclusão. Assim, acredita-se ser necessário que a instituição de ensino, reveja a questão da inclusão de estudantes com deficiência auditiva como uma ação emergente, pois incluir, vai muito além do que apontou-se nessa pesquisa.

As propostas deste estudo estão direcionadas a todos os profissionais da educação que atuam em escolas públicas ou privadas, urbana ou rural, e a todos os envolvidos no processo de inclusão, mais precisamente para o município de Aracruz/ Espírito Santo - Brasil, que serviu de campo para a presente investigação. Diante do desfecho observado e analisado nessa pesquisa se faz necessário algumas recomendações no sentido de colaborar, com a efetivação do processo de inclusão na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil. Nesse sentido recomendamos: Ofertar a formação em LIBRAS para todos os profissionais dessa escola; Criar mecanismo para que a escola possa estimular a participação do estudante surdo de forma ativa na escola como uma ferramenta muito importante no processo de inclusão; Ofertar momentos de reflexão para a avaliação do processo inclusivo com todos os envolvidos no processo de inclusão; Elaborar e propor metas e propostas inclusivas no Projeto Político Pedagógico da escola; Incentivar os estudantes a se interessarem para o ensino de LIBRAS; Incentivar a participação da família nesse processo; Elaborar propostas de inclusão para o Município em questão agilizar em documento oficial e estender a todas as escolas que ele administra.

**REFERÊNCIAS**

- Araújo, P. C. V.; Linhares, T. C.(2014). *A inclusão escolar: breve histórico e alguns apontamentos para a prática do professor*. Paidéia r. do cur. de ped. da Fac. de Ci. Hum., Soc. e da Saú., Univ. Fumec Belo Horizonte Ano 11 n. 17 p. 35-59 jul./dez. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/viewFile/3929/1949>. Acesso em: 10 de maio de 2019.
- Alves, E. R. (2012). *Caracterizando a Surdez: fundamentação para intervenções no espaço escolar*. Revista Lugares de Educação, Bananeiras/PB, v. 2, n. 2, p. 75-92, jul. -Dez. ISSN 2237-1451 Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle>> ou <[http://seer.ibict.br/index.php?option=com\\_mtree&Itemid=109](http://seer.ibict.br/index.php?option=com_mtree&Itemid=109). Acesso em 02 de maio de 2019.
- Alves, T. P, & Sales, Z. N, Moreira, R. M. (2013). *Inclusão de alunos com surdez na educação física escolar*. Revista Eletrônica de Educação, v. 7, n. 3, p. 192-204. Bahia. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em: 30 de Março de 2019.
- Brasil. (2015). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base*. Brasília, DF: Inep. 404 p.: il.
- . (2009). Ministério da Educação. *Resolução nº 4, de 02 de outubro*. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: SEESP.
- . (1988). *Constituição Federal*. Promulgada em 5 de outubro. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 27 de abr. de 2019.

- Colaço, C., & Sanches, I. (2013). *Gerir a diversidade: Contributos da aprendizagem cooperativa para a construção de salas de aula inclusivas*. Revista Portuguesa de Educação, 26(1), 307-347
- Correia, L. (2013). *Inclusão e necessidades educativas especiais*. Um guia para educadores e professores. Porto: Porto Editora.
- Duarte, I. M. R. F. (2014). *Qualidade de vida em crianças e adolescentes surdos portadores de implante coclear*. Tese de Doutorado. Disponível em: [http://sigarra.up.pt/fmup/pt/pub\\_geral.show\\_file?pi\\_doc\\_id=34961](http://sigarra.up.pt/fmup/pt/pub_geral.show_file?pi_doc_id=34961). Acesso em 30 de março de 2019.
- Gaudenzi, P. Ortega, F. (2016). *Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade*. Ciência & Saúde Coletiva, 21(10):3061-3070. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3061.pdf>. Acesso em 19. abril.2019
- Mantoan, M. T. E. (2015). *Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Summus.
- Marilene, D.; Meyer, V. A. (2016). A importância da libras para inclusão escolar do surdo. Disponível em: [http://diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospe/pdebuscaproducoes\\_pde/2016/2016\\_artigo\\_edespecial\\_unicentro\\_marilenedomanovski.pdf](http://diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospe/pdebuscaproducoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_unicentro_marilenedomanovski.pdf). Acesso em: 10 de maio de 2019.
- Maturana, A. P.P.M. (2015). *Educação Especial e a Relação Família - Escola: Análise da produção científica de teses e dissertações*. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 19, Número 2, Maio/Agosto.
- Neto, A. de O. S. (2018). *Educação inclusiva: uma escola para todos*. Revista Educação Especial | v. 31 | n. 60 | p. 81-92 | jan./mar. Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>>Educação inclusiva: uma escola para todos. Acesso em 25 de maio de 2019

- Silva, G. P. da. Soares, M. M.; Machado J. A. (2018). *Desenho de pesquisa*. Brasília: Enap, 119 p.: il.
- Silva, L. G. M. da.; Ferreira, T. J. (2014). *O papel da escola e suas demandas sociais*. Periódico Científico *Projeção e Docência* | v.5 | n.2. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/viewFile/415/372>. Acesso em 22 de março de 2019.
- Sousa, S.F.; Silveira, H.E. (2011). *Terminologias químicas em Libras: a utilização de sinais na aprendizagem de alunos surdos*. *Química Nova na Escola*, v. 33, n. 1, p. 37-38.
- Vedoato, S. C. M. (2015). *Relações entre surdez, raça e gênero no processo de escolarização de alunos surdos do Paraná*. Tese de Mestrado. Disponível em: [http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2015/2015\\_VEDOATO\\_Sandra\\_Cristina\\_Malzinoti.pdf](http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2015/2015_VEDOATO_Sandra_Cristina_Malzinoti.pdf). Acesso em 29 de março de 2019.
- Vioto, J. R. B.; Vitaliano, C. R. (2012). *O papel da gestão pedagógica frente ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais*. IX Anped Sul. Seminário de pesquisa em Educação da Região.